

Antropologia urbana na Amazônia: des-centrando escalas, genealogias e experiências de cidade

Telma de Sousa Bemerguy¹
Thiago de Lima Oliveira²

Introdução

Desde o contexto de sua consolidação como um campo autônomo, as discussões sobre o urbano e sobre as abordagens que a Antropologia poderia oferecer para melhor compreender a vida nas cidades estiveram marcadas pelo embate entre diferentes propostas de enquadramentos e experimentações interessados em refinar, delimitar e classificar o que, afinal, poderíamos denominar como característico do urbano.

No início do século XX, quando o urbano começou a se impor como uma questão que demandava circunscrição, havia grande interesse acadêmico e político em compreender o que, na época, era pensado como os novos problemas sociais delimitados pela vida moderna. Assim, o debate sobre a vida nas cidades nascia atrelado às representações do que era então concebido como característico do "moderno", resultando em uma definição de urbanismo profundamente associada ao marco da metrópole, então concebida como um espaço propício a acentuação da impessoalidade, do efêmero e da vida rápida (SIMMEL, 1967; WEBER, 1927; WIRTH, 1987), em um contexto em que o urbano era abordado enquanto um fenômeno definidor de um modo de vida particular³.

Com o passar do tempo, na medida em que a antropologia urbana se consolidou como um subcampo da disciplina, o método etnográfico e o exercício antropológico básico de estranhamento de disposições pré-concebidas sobre os fenômenos e as relações a que pretendemos analisar permitiu tensionar essas tipologias entrelaçadas entre urbano/modernidade/metrópole, pela definição de um consenso de que era necessário abdicar de classificações rígidas nas análises antropológicas na/da cidade. Assim, conforme aponta Agier (2011), a cidade, como um contexto não delimitado por características essenciais, idealmente, deveria se colocar em nosso raio de interesse e análise enquanto antropólogos a partir do que os sujeitos com quem interagimos nos apresentam enquanto tal. Atualmente, ainda que a improdutividade das tipologias sobre o urbano seja tratada como um ponto apaziguado no debate, esta questão segue se impondo de maneira particular àqueles interessados em pensar as relações no contexto das pequenas e médias cidades. De modo geral, no senso comum que em muito influi na forma como nos aproximamos ou nos afastamos de determinados campos de pesquisa, o que se entende como uma cidade e o que de imediato se imagina como característico de um ethos e de uma estética urbana permanece marcado pelo espelho da metrópole. Esse quadro marca de maneira particular o campo da antropologia da Amazônia, esse território imaginado pela antítese das gramáticas da modernidade, reiteradamente produzido como um espaço da Natureza, do tradicional, do exótico, um não-lugar do urbano no imaginário nacional.⁴

1 Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: tsbemerguy@gmail.com

2 Universidade de São Paulo. E-mail: thi_oliveira@usp.br

3 Para um panorama do campo e seus debates fundantes em torno das classificações do fenômeno urbano, sugerimos a leitura de Hannerz (2015).

4 A título de nota, é importante destacar que nos referimos aqui a Amazônia como território para evocar os sentidos metafóricos e imaginativos associados à região, em muito marcados pelos processos históricos que lhe são particulares. Não pensamos a região como uma realidade dada e consideramos que os sentidos e processos de reconhecimento e delimitação do que seja a Amazônia são controversos e nem sempre coincidentes. Ainda que percepções sobre a Ama-

Fruto de nosso trânsito por esses dois campos marcados de diferentes maneiras pela sombra de algumas representações duráveis, o dossiê que apresentamos aqui surgiu de nosso interesse em enfrentar os desafios delimitados por esse “urbano” imaginado ao campo dos estudos urbanos em/ sobre cidades amazônicas. Dada a centralidade que o estudo de/em grandes centros urbanos detém no campo de debates da antropologia urbana, nos interessamos em refletir sobre o que acontece com outras realidades empíricas que não se adequam ao modelo interpretativo hegemônico produzido, de modo a instigar reflexões sobre quais seriam os limites e possibilidades do instrumental oferecido pelo campo para abordagem de experiências em cidades amazônicas de médio e pequeno porte.

Nesse exercício de estranhamento das ferramentas de que dispomos, passamos então a refletir sobre as diversas configurações de urbano e experiências de cidade que podem acabar analiticamente ocultadas pelos marcos do campo, sobretudo na Amazônia, uma região atravessada por imaginários que, conforme apontam diversos autores (COSTA, 2009a; OLIVEIRA, 2010; SERJE, 2005; 2012; LACERDA, 2014; BEMERGUY, 2019a), têm dificultado que esta seja interpelada em função de toda sua complexa sociodiversidade. Afinal, que cidades podemos fazer aparecer na Amazônia quando atendemos à sugestão metodológica básica de abdicar das noções pré-estabelecidas do que seja a cidade e o urbano, tal como preconizada por Agier (2011)? Entendemos que descrições e interpretações etnográficas de experiências e relações que tomam lugar nas diferentes cidades amazônicas - essas que podemos trazer a nossos olhos pelo exercício de tensionar o urbano entre aspas e a Amazônia entre aspas que vêm à mente dentre aquelas primeiras reações do pensamento a essas categorias, campos, espaços - têm muito a oferecer a um debate necessário sobre os limites dos instrumentos de que dispomos no campo.

Aqui, não desejamos apenas considerar o que o campo da antropologia urbana pode ter a acrescentar àqueles interessados em refletir sobre relações e dinâmicas situadas na Amazônia. Desde nosso ponto de vista, é preciso também considerar de que forma pesquisas urbanas em contextos amazônicos têm contribuído/ podem contribuir para o adensamento das ferramentas e teorizações do campo da antropologia urbana no Brasil. O que nos leva a um dos objetivos desse texto de apresentação: retomar brevemente alguns pontos que nos parecem centrais nesse exercício de (re)conhecimento das contribuições oferecidas pelas pesquisas antropológicas urbanas na Amazônia ao debate mais amplo sobre a vida nas cidades.

zônia tal qual uma “região cultural” sejam possíveis tendo em vista a partilha de certos elementos históricos, práticas de conhecimento, formas de organização do mundo social em suas dimensões materiais e simbólicas, não perdemos de vista como essa definição pode ser problemática. Por outro lado, consideramos que recorrer a uma definição tão somente delimitada por termos geográficos pode fazer crer que esse universo heterogêneo de modos de compor a vida social seja algo dado, cristalizando constructos históricos e políticos que orbitam em torno de categorias como “região”, por exemplo (cf. BOURDIEU, 1989). Lembramos que é preciso reconhecer que qualquer processo de inscrição de limites e composição de um território é um processo socialmente arbitrário e que este coexistirá com outras formas de classificação. Ademais, os processos de inscrição territorial precisam ser pensados como registros reveladores de dinâmicas de poder e saber que incidem tanto na forma como o território é experienciado, como na distributividade de certos recursos. É importante lembrar que, no caso brasileiro especialmente, vemos múltiplas formas de categorização e composição burocráticas, por parte do Estado, direcionadas à Amazônia, em uma busca por delimitar um território de interesse não apenas nacional, mas global no contexto de agendas variadas, desde aquelas mais ligadas à ecologia, ao meio ambiente e aos conflitos socioambientais, e outras de natureza militar, estratégica e de organização dos serviços de atenção que constituem a seguridade social. No escopo de um estudo sobre as cidades, essas formas de categorização e constituição do espaço são particularmente relevantes e devem ser tomadas em conta pelo modo como sinalizam para regimes de poder e processos de fragmentação, aglutinação e da própria institucionalidade que marca a organização territorial da Amazônia. Nos limites desse artigo, esse ponto não será aprofundado.

Lembramos que há algo de fugidio em qualquer exercício de construção de síntese sobre o campo da antropologia urbana. Sempre é bom lembrar que, com o passar do tempo, sobretudo pela forma como de fato a temática foi ganhando espaço no Brasil, o termo “antropologia urbana” se tornou uma referência ampla à pesquisas de diferentes temáticas realizadas em cidades e contextos urbanos. Por aqui, o debate em torno das formas como a antropologia poderia contribuir para uma reflexão sobre e das cidades não ganhou a mesma relevância.⁵ Dessa forma, temos aqui um campo da antropologia urbana de difícil circunscrição, o que cria obstáculos para qualquer proposta de balanço exaustivo. Nesse sentido, ultrapassa os objetivos do texto apresentar uma revisão linear histórica das pesquisas de antropologia urbana realizadas na Amazônia ao longo do tempo.⁶ O que propomos a seguir é um exercício de síntese menos sistemático e mais interpretativo, onde apresentaremos, desde nosso ponto de vista, algumas formulações de pesquisadores que consideramos importantes para compreender a forma como o debate sobre o urbano tem se colocado em contextos amazônicos, de modo a destacar a forma como as pesquisas urbanas realizadas na Amazônia têm contribuído (sem o devido reconhecimento) ao campo da antropologia urbana no Brasil. Por fim, retomaremos brevemente algumas iniciativas mais recentes de pesquisa para destacar como o campo da antropologia urbana na Amazônia vem aportando cada vez mais às análises sobre as complexas dinâmicas regionais

Deslocando enfoques: outras genealogias possíveis

Em certo sentido, o problema colocado pela vida nas cidades é uma constante na produção antropológica brasileira desde sua origem. Na esteira das reflexões de Simmel sobre as influências da cidade sobre a vida psíquica e mental do sujeito, trabalhos seminais do campo como *Atitudes raciais de negros e mulatos em São Paulo*, de Virgínia Bicudo (2010 [1945]), ou *A Cidade das Mulheres*, de Ruth Landes (2002 [1947]), já apresentavam a cidade como parte importante dos fenômenos sociais, abordando-a como um domínio espacializado que afetava a dinâmica da vida, os mecanismos de diferenciação e de produção de desigualdade. Nesses trabalhos, contudo, a cidade se coloca mais como um cenário, do que como um objeto de análise e questões sobre a produção específica de um modo de vida urbano - tão caras aos debates fundantes do campo - ainda não estavam colocadas. Reflexões desse tipo ocupam um espaço mais recente na produção socioantropológica brasileira, e só iriam ganhar volume quase 30 anos depois. As razões para a ampliação do interesse pela cidade e pelo urbano nesse momento são muitas e variam de acordo com as diferentes experiências regionais e locais: investimento do Estado brasileiro em ações de urbanização e colonização de territórios fora dos núcleos urbanos nacionais, acirramento das desigualdades sociais, intensificação das formas de ocupação do solo informais, migrações internas, entre outras.

Ao longo da década de 1970, os estudos urbanos começaram a ganhar espaço no debate antropológico nacional, não tanto pelo interesse em analisar de maneira abstrata os efeitos e significados de se viver na cidade, mas sim pelo anseio de alguns pesquisadores em melhor compreender as possibilidades de organização e mobilização política emergentes dentre grupos sociais precarizados que habitavam as margens das cidades (cf. DURHAM; CARDOSO, 1973). Notório desse momento é a contribuição de Ruth Cardoso e de seus estudos iniciados alguns anos antes, ainda no final da década de 1950, onde a antropóloga registra a constituição de coletividades, regimes de associação, lógicas de pertencimento e formas de organização do espaço social. Essa iniciativa

5 Para mais detalhes sobre esse debate e para compreender o processo que delimitou que o campo da antropologia urbana brasileira se firmasse enquanto um campo de antropologia *nas* cidades e não *das* cidades, sugerimos a leitura de Oliven (1980) e Frúgoli Júnior (2005).

6 Para uma discussão nessa direção, ver Costa (2009).

inicial de pesquisa mobilizou e implicou um conjunto amplo de pesquisadoras e pesquisadores na análise e descrição da experiência social e cultural nas cidades, inscritas então na chave das assim chamadas, “sociedades complexas”. Como efeito desse momento, a década de 1970 inicia marcada por um intenso debate sobre os objetivos e projetos do campo de estudos urbanos, o qual se refletiu em tentativas várias de nomeação do projeto epistemológico do campo e em tentativas de circunscrição de seu objeto de pesquisa: antropologia das sociedades complexas, antropologia da cidade, antropologia na cidade, antropologia urbana.

Os debates deste momento inicial levaram ao surgimento de duas grandes linhas de pesquisas antropológicas urbanas, frequentemente posicionadas em análises sobre a história da antropologia do Brasil como as linhagens fundantes que caracterizam a formação da subdisciplina da antropologia urbana ao longo das décadas seguintes. Temos, por um lado, as abordagens centradas em camadas médias, indivíduo e sociabilidade no contexto carioca (VELHO, 1973; 1974; 1981), que reiteram o antropólogo Gilberto Velho como uma espécie de pai fundador do subcampo no Brasil; e temos, por outro, uma linhagem pautada por abordagens que se desdobram das contribuições dos trabalhos de Ruth Cardoso em São Paulo e da influência posterior dos trabalhos de José Magnani, com um quadro pesquisas centradas em grupos populares, suas experiências de sociabilidade e lazer na metrópole paulistana (MAGNANI, 1984; 1996).

Ainda que levemos em conta que, segundo os balanços sobre o campo da antropologia no Brasil (SIMÕES, 2018; TRAJANO FILHO, 2018), investigações realizadas em cidades de menor escala fora do eixo centro-sul não necessariamente promovem uma ruptura com as tradições hegemônicas de análise - seja sobre a cidade, seja sobre os conteúdos que tem se vislumbrado a partir dela - propomos nesse texto de abertura um exercício crítico criativo de des-centramento do debate e de deslocamento das genealogias de sempre, apresentando um investimento sobre um terceiro tipo de narrativa sobre teorias produtivas do campo da antropologia urbana no Brasil, forjadas não apenas a partir de outros cenários e fenômenos, mas também junto a outras formas de filiação e implicação teórica.

O urbano na Amazônia e suas inflexões

O processo de constituição e consolidação de um campo de estudos sobre/no urbano e as cidades na Amazônia é marcado por um desafio teórico e descritivo constitutivo: a dissolução dos sentidos estáticos em torno dos quais a imagem da Amazônia é elaborada como um espaço natural massivo e alheio à presença humana. Transposta essa primeira imagem, observa-se uma segunda, povoada por dois tipos de narrativa conflitantes e por vezes convergentes: aquela elaborada em torno do herói desbravador responsável por levar a civilização e a modernidade, e a segunda, construída a partir de referenciais imanentes que associam a vida amazônica a personagens passivos que coexistem com uma natureza idílica e idealizada. Em ambos os casos persiste um espectro romântico e problemático que configura um obstáculo à descrição etnográfica, histórica e mesmo geográfica das experiências e pessoas que vivem e fazem esse grande conjunto heterogêneo de personagens, paisagens, coisas, valores e possibilidades de organização simbólica e material que chamamos de Amazônia. Conforme argumento ensaiado por João Pacheco de Oliveira (2010), essas imagens têm um poder sobre a produção de narrativas e possuem uma história própria. Nas palavras do autor:

O que sabemos desse conjunto de representações que nos leva a agir e pensar sobre uma Amazônia real, a expressar ideias e conceitos sobre os seus primeiros habitantes, bem como sobre a sua história e a sua situação atual? Tais imagens, apesar de estarem dentro de nós e as sentirmos como familiares, não foram de modo algum por nós produzidas. São rigorosamente exteriores e arbitrárias, conveniências cujos pressupostos frequentemente desconhecemos. Depositadas em nossa mente, resultam do entrelaço de concepções engendradas por gerações passadas, formu-

ladas em lugares próximos ou distantes de nós. Mas são elas que dirigem nossas perguntas e ações, e muitas vezes governam nossas expectativas e emoções. (OLIVEIRA, 2010, p.20-21).

Esse estoque de imagens, consolidadas ao longo do tempo e produzidas em uma relação tanto de exterioridade quanto de privilégio, atuam sobre a composição de metáforas, ideias e valores com expressivo poder de intervenção e interpelação, a exemplo das ideias de “última fronteira”, “vácuo” e “vazio demográfico”. Essas imagens têm uma função e um lugar nas formas estatais e políticas de gestão do espaço, que retomaremos mais adiante; e, em termos descritivos, atuam como um dispositivo invisibilizador de experiências históricas concretas vividas por pessoas que efetivamente produzem e constroem noções do que sejam o urbano ou uma cidade. Essas noções não necessariamente são distintas daquelas produzidas em grandes centros metropolitanos ou núcleos urbanos regionais, mas constituem-se a partir de regimes históricos, sociais e relacionais específicos, como quaisquer outros. De forma similar ao ensaiado por Vicentini (2004, p.178), em termos descritivos, o grande problema dessas imagens é seu poder de mobilizar e estabelecer de forma apriorística topologias e formas de classificação que lhes são exteriores e eventualmente inadequadas.

Ao longo de sua história recente, o urbano e as cidades amazônicas têm sido descritos de diferentes formas a partir de projetos de conhecimento centrados na avaliação de fenômenos diversos: parentesco e família, política, religião, ecologia, raça e racismos, gênero, dentre outros. Assim, como no caso das antropologias sobre o urbano em outras escalas e contextos regionais, essas reflexões partem de um diálogo com disciplinas como a sociologia, a geografia, a história e, em alguns casos, também com a filosofia. Neste aspecto, há ressonâncias e zonas de aproximação entre estudos sobre a cidade realizados em diferentes paisagens brasileiras, as quais consideramos importante destacar, tanto para pontuar preocupações em comum, como para reconhecer as especificidades das questões de fundo que caracterizam a produção teórica em torno do urbano construída a partir de contextos amazônicos

Um exemplo dessas ressonâncias é a influência dos estudos de comunidade no processo de constituição de uma teoria sobre o urbano na Amazônia. Conforme recuperado por Oliveira e Maio (2011), essa linha de estudos teve especial importância na consolidação dos estudos sobre a cidade e o urbano no país. Nos estudos de comunidade, a ênfase das pesquisas estava na construção de modelos analíticos sobre processos de mudança e transformação observados em pequenos grupos sociais, resultando assim em análises baseadas em escalas e na projeção de unidades socioespaciais prototípicas, frequentemente abordadas em continuum, do simples ao complexo, do tradicional ao moderno, do rural ao urbano. Nessa perspectiva, “Uma Comunidade Amazônica”, obra publicada por Charles Wagley em 1953 e traduzida ao português em 1957, guarda um valor semelhante àquele representado por “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido à antropologia sudestina, especialmente essa de expressão paulistana. Conforme pontua Costa (2009a), a expedição de pesquisa de Charles Wagley, realizada no final da década de 1940, por todo o debate que o trabalho viria a suscitar, pode ser entendida como um marco inicial na consolidação do campo da antropologia urbana na Amazônia.

Em “Uma Comunidade Amazônica”, Wagley (1957) procede a uma análise dos meios de vida nos trópicos. Na obra, o autor busca descrever o cotidiano e as relações de uma pequena comunidade marcada por dois aspectos que se tornariam centrais para grande parte dos estudos sobre as dinâmicas sociais e econômicas na Amazônia: o caboclo e o seringueiro. Em sua análise, essas figuras representam elementos locais que situam e localizam questões sobre o urbano de forma mais emergente, a exemplo das tensões entre dinâmicas de exploração e grupos racializados, conflitos territoriais e formas de ocupação da terra. Gurupá (ou Itá, pseudônimo dado à cidade em algumas versões do livro) ocupa uma posição ambígua na obra, sendo ao mesmo tempo a personagem resultante das descrições de Wagley sobre essas pessoas e as regras de convívio para consolidação de um modo de vida amazônico, e o cenário, ou paisagem social em que personagens

e modelos são mobilizados e interpretados. Apesar de influenciar uma geração de antropólogos posteriores (a exemplo de Eduardo Galvão), a obra de Wagley foi criticada pela abordagem culturalista que propunha, pela sua dificuldade em estabelecer conexões com a “totalidade sociológica” da experiência nacional e também por não abordar como os personagens do seringueiro e do caboclo dialogavam com práticas em torno dos conflitos de classe.

Contudo, apesar das críticas dirigidas às limitações da obra, o trabalho de Wagley conforma um argumento importante para a consolidação dos estudos sobre o urbano na Amazônia durante um longo período. Nos referimos aqui à forma como o autor aborda interseções entre economia e sociedade, ou mais especificamente, os valores embutidos às diferentes experiências e expressões de cidade, ora como modernidade, ora como um espaço de intensificação da pobreza e da miséria. Esses elementos aparecem na descrição de Wagley sobre a Gurupá na década de 1940-50, a partir de elaborações sobre o subdesenvolvimento da região, suas condições sanitárias e de trabalho. Essas questões, todavia, ainda que significativas para a forma como se daria a tematização do urbano na Amazônia, apenas viriam a ganhar um fundo crítico mais denso e consolidado, anos depois, a partir de iniciativas de pesquisa conduzidas no marco de outros campos das ciências humanas.

Nesse ponto, lembramos que, na esteira das definições estabelecidas pelo campo da antropologia urbana em nível nacional, os trabalhos antropológicos sobre contextos urbanos amazônicos também não expressam grande interesse na construção de reflexões e etnografias sobre o urbano em si, o que resulta em um conjunto de trabalhos que interpelam as cidades mais como um cenário, um pano de fundo, um contexto, do que como um objeto de interesse manifesto da pesquisa. Por isso, é interessante recuperar que, inicialmente, os que primeiro se interessaram em refletir sobre os problemas regionais a partir de um interesse manifesto sobre as particularidades dos processos de urbanização e da malha urbana local, não foram os antropólogos, mas sim os geógrafos⁷. No campo da antropologia, mais especificamente, nos anos que se seguiram à publicação do trabalho de Wagley, o que vemos ocorrer é uma profusão de pesquisas em cidades amazônicas, fruto da ampliação do processo de institucionalização do campo localmente, possibilitada por iniciativas formativas relacionadas ao Museu Paraense Emílio Goeldi e à Universidade Federal do Pará (COSTA, 2009a). Retomaremos esse quadro na próxima seção.

Seguindo na proposta de retomar contribuições de outros campos das ciências sociais ao processo de constituição de teorias sobre o urbano na Amazônia, consideramos importante recordar que, ao longo da década de 1970, houve uma efervescência de pesquisas de viés socioeconômico sobre contextos amazônicos, motivadas, sobretudo, pelo interesse público em mapear, narrar e denunciar as transformações destrutivas provocadas pelo Programa de Integração Nacional (PIN)

⁷ É importante salientar aqui que a revisão oferecida privilegia especialmente a produção brasileira ou feita no Brasil. Contudo, movimentos semelhantes podem ser vislumbrados pela produção socioantropológica, histórica e geográfica sobre a Amazônia nos diversos países que têm seu território completa ou parcialmente envolvido pelo bioma amazônico. Apesar desses movimentos similares, cada uma dessas antropologias comporta em si diferentes propostas, repertórios e diálogos com suas linhagens e referentes, inclusive linguísticos tendo em vista a complexidade idiomática. A produção colombiana é particularmente rica nesse sentido, devendo ser destacado trabalhos de autores como Jorge Aponte Motta (2012), Carlos Zárate (2008), Margarita Chaves (cf. Chaves; Nova, 2018) e Daniel Unigarro Caguyasango (2017). Já no Peru, como argumenta Degregori et al (2000), parte significativa do campo dos estudos urbanos emergiu com a impossibilidade do campo em territórios e comunidades indígenas e foi consolidando-se entre o início dos anos 1990 e 2000. Em tal cenário, é notória a produção sobre indígenas e contextos urbanos, representado particularmente por autores como Oscar Espinosa Rivero (2009) e também pelos trabalhos de Miguel Alexiades e Daniela Peluso (2015). Assim, a título de indicação, são particularmente interessantes os trabalhos de Isabelle Hidair (2008) e Gérard Collomb (1999) sobre a Guiana Francesa e os movimentos de composição racial e nacional implicados na vida urbana.

e pela injeção de investimentos em grandes projetos incentivada pela criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambas idealizadas no marco da Ditadura Militar (1964-1985).⁸ Com slogans como “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra”, no âmbito do PIN, foram implantados pelos governos militares inúmeros projetos de colonização estatal na região, em um processo de incentivo à ocupação e exploração predatória que reverbera até os dias de hoje. No contexto do programa, também foram construídas duas grandes rodovias, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. No quadro mais amplo dos debates, os processos de ocupação e transformação ocasionados por essas intervenções foram, em grande medida, interpelados como eventos emblemáticos para a análise do processo particular de expansão da fronteira agrícola no Brasil.

Nessas análises de forte viés econômico, os pesquisadores ofereceram grande atenção às transformações nos processos de ocupação da terra na região e às particularidades das relações de trabalho locais, as quais buscavam posicionar analiticamente como parte de um processo mais amplo de avanço dos interesses do capital sobre a Amazônia. Nesse contexto, as pesquisas da geógrafa Bertha Becker se tornaram uma referência importante no processo de constituição de um campo de reflexões sobre o urbano na Amazônia. Os trabalhos da autora e do vasto conjunto de pesquisadores que orientou ao longo do tempo foram fundamentais para a construção de um entendimento de que as análises sobre as políticas do período precisavam levar em conta as marcas deixadas pelas intervenções coloniais do PIN na transformação da malha urbano-rural da região, bem como os problemas sociais decorrentes do surgimento de novas cidades e do processo de inchaço demográfico urbano resultante dos projetos. Um dos seus efeitos do PIN foi a produção de um deslocamento no padrão histórico de povoamento observado na região, das margens dos rios para as margens das novas estradas. Esse processo, nas palavras da autora, resultaram em uma “floresta urbanizada” (BECKER, 1995), onde nós de ocupação concentrada representados pelas novas cidades derivadas das ações de colonização seguiam intercalados por grandes áreas de floresta, em uma nova configuração espacial e demográfica propícia para o acirramento de conflitos, para o aumento da pressão sobre a terra e para o crescimento do arco de desmatamento (BECKER, 1985; 2005; 2010).

A perspectiva ensaiada por Becker de alguma forma retoma temas presentes nas primeiras gerações de pesquisas sobre o urbano e a cidade na Amazônia, de forma mais específica, os efeitos da exploração capitalista sobre as dinâmicas de classe e a produção de uma experiência de pobreza complexificada. Como dito há pouco, a dificuldade de construir uma análise de classe e a substantivação da pobreza foi uma das principais críticas recebidas por Wagley a “Uma Comunidade Amazônica”. Nesse aspecto, Becker propunha uma integração de diferentes instrumentais teóricos críticos e de inspiração marxista com o objetivo de analisar e caracterizar o papel das cidades recém-formadas, dos processos de urbanização recente e da própria fronteira como um elemento de constituição de um espaço nacional. Em sua análise, esse fenômeno mais do que uma propagação das formas de ocupação e organização do espaço na forma de cidades, era marcado por duas agendas conflitantes. De um lado, uma agenda de interesses políticos de governos autoritários e movidos por uma ideologia do combate contínuo contra o inimigo fronteiriço, e por outro uma agenda econômica que buscava a incorporação do potencial produtivo de regiões pouco exploradas e sua integração aos grandes centros econômicos nacionais.

⁸ Ultrapassa os limites desta apresentação recuperar o vasto volume de trabalhos realizados sobre as intervenções desenvolvimentistas dos governos militares na Amazônia. Para aqueles interessados em balanços e análises sobre as políticas de colonização e as ações do PIN publicados na época sugerimos a leitura de Tavares et al (1972), Cardoso e Muller (1978) e Ianni (1979). Para uma análise mais ampla sobre as ações da Ditadura Militar na Amazônia, ver Petit (2003).

O modelo de interpretar o urbano e de caracterizar as cidades amazônicas construído por Becker foi particularmente eficaz e frutífero na consolidação de um núcleo de estudos sobre o urbano, especialmente aquele em diálogo mais direto com temas e orientações da política e da economia. Além disso, a proposta rendeu frutos também no debate sobre o futuro da floresta. Tal debate era marcado por duas posições contraditórias, a de conservação ambiental e a das novas fronteiras do capitalismo. Becker propunha uma abordagem conciliadora a partir da sua geopolítica, considerando a própria floresta como um valor que teria um lugar próprio no capitalismo contemporâneo.⁹ Como argumentam Fabio Candotti e Flávia Melo (2019), a noção de geopolítica construída por Becker para dar conta desses jogos de posições ambivalentes criava em si um conceito também ambivalente. Nas palavras dos autores, “(...) a geopolítica da Amazônia se expressa como uma tentativa de síntese - não tanto dialética, mas diplomaticamente democrática - de diferentes estratégias geopolíticas. Entretanto, ao fim, acaba por atualizar a imaginação geopolítica militar, concedendo nova centralidade ao vetor técnico-científico” (CANDOTTI; MELO, 2019, p.157).

Esses aspectos são importantes para a descrição da experiência urbana na Amazônia e suas aproximações com o Estado brasileiro tendo em vista que ela atualiza ou inaugura duas importantes ações importantes para uma leitura crítica do fenômeno. Essas ações são descritas por meio das ideias de colonização e ocupação da Amazônia que em si mesmas foram responsáveis pela construção de um robusto léxico que povoa e constitui até hoje o espaço social amazônico: colono, pioneiro, caboclo, assentados entre outros. Este vocabulário constitui um conjunto técnico que organiza e dá sentido aos processos históricos que marcam não apenas a presença e a origem de cidades, como também os conflitos territoriais em que estão imiscuídas. Esse vocabulário é resultante também de formas de ocupação estatal, ou de movimentos migratórios estimulados e orientados por instituições de Estado na tentativa de acionar uma imagética aventureira em que o “Norte” era uma terra a ser “conquistada” e “domada” por desbravadores das regiões “mais desenvolvidas”. Como demonstra a etnografia de Mariana Gulach (2019) a respeito da cidade de Apuí, no Amazonas, essas experiências são marcadas por expectativas frustradas e eventualmente desamparo estatal e governamental, que recai tanto sobre essas populações estimuladas a migrar, como sobre aquelas que já viviam ali e foram expulsas ou empurradas para mais longe para que as áreas fossem transformadas em assentamentos e convertidas em cidades.

Ainda no que tange à gramática emocional e ao conjunto de imagens que constitui a experiência de deslocamento humano e da força de trabalho em direção à Amazônia, há que se destacar a associação entre mobilidade interna e a própria noção de colonização e ocupação da terra que são construídas a partir de sua execução. Recorrendo mais uma vez à análise de Manuela Cordeiro (2018), as experiências de pioneiros, fundadores e aventureiros congrega uma multiplicidade de institucionalidades que constituem a própria ação estatal na região. Esses aspectos podem ser vislumbrados pelas campanhas de localização de trabalhadores e transferência da força de trabalho para a Amazônia presentes desde o fim do século XIX e intensificadas em meados do século XX. Contudo, como afirmamos acima, ela também aciona imagens e emoções de uma experiência romântica e idílica consolidada na figura do aventureiro e do desbravador. Como efeito, essa imagem ressoa alguns elementos problemáticos e que recaem sobre a imagem das cidades. O primeiro destaque deve ser dado aos sentidos de aventura e a ideia da Amazônia como um espaço selvagem

9 Uma face dessa conciliação talvez não antecipada por Becker é que por vezes o valor da floresta está em sua conversão em terra. Nesse processo, há uma institucionalidade implicada e que tem profundas relações com os projetos de colonização e ocupação da terra na Amazônia produzidos por instituições como o INCRA, além da agência de outros programas de governo, políticas de estímulo à ocupação, e práticas ilegais de ocupação da terra. Alguns desses cenários foram explorados por autoras como Manuela Cordeiro (2017) e também por Anna Luiza Osório de Almeida (1992).

e perigoso que deve ser domesticado. Nesse aspecto, o colono ou pioneiro, além de vítima das esgarçadas malhas de proteção social e de amparo do Estado, é também um personagem desbravador que, tendo sucesso em sua lida, poderá se tornar um símbolo de conquista.

Essa lógica instaura um movimento similar ao que Anne McClintock (2010, p.72) descreve como espaço anacrônico, ou seja, um processo em que se forja um movimento contraditório de ir mais adiante no território como um voltar no tempo. É a partir desse recurso que se consolidam dispositivos ainda em circulação, como a ideia de que a Amazônia é um remanso selvagem e que é preciso levar a modernidade e o progresso, inclusive por meio da transposição de modelos de cidade e de processos de urbanização predatórios, que ignoram a constituição de formas localizadas de viver e atribuir sentido ao espaço, inclusive o das cidades.

Conforme observou Castro (2008), no fundo dos processos de ocupação do território amazônico ao longo do tempo, nos rastros de transformação da paisagem e nas histórias de criação de novas cidades, podemos encontrar o passado pressionando o presente e as marcas de projetos de Estado que reencenam e atualizam enredos coloniais. Essas questões que, conforme buscamos apresentar, em muito devem às formulações de Bertha Becker sobre a relação entre urbanização, colonização e colonialismo na região, permanecem relevantes ao campo e são brilhantemente abordadas por diversos artigos do dossiê. A premência dessa intersecção no campo de debates sobre o urbano na região certamente é um elemento a se considerar em uma reflexão sobre as formas como pesquisas de antropologia urbana em contextos amazônicos podem oferecer caminhos para adensar análises sobre a profundidade histórica de relações de poder centrais nas disputas contemporâneas pela definição do futuro da região.

Seguindo na proposta de lembrar as importantes contribuições de outras áreas do conhecimento ao debate sobre o urbano na Amazônia, é imprescindível retomar alguns outros argumentos de base interdisciplinar que contribuíram para evidenciar a forma como as pesquisas urbanas na região podem colocar à prova o instrumental consensuado do campo, ao tensionar binarismos arraigados provenientes de debates canônicos sobre o urbano que em muito permanecem centrados na experiência das metrópoles.¹⁰

Conforme pontuamos anteriormente, o arcabouço teórico fundante em torno das questões sobre o urbano nas ciências sociais surge imiscuído a uma gramática evolucionista, onde experiências e categorias relacionadas ao urbano e ao moderno foram forjadas pelo contraponto de um oposto, o mundo rural, tradicional, folk. No marco dessa linguagem, a imagética da floresta, tão arraigada na forma como se representa e se reflete (sobre) a Amazônia, estaria no polo avesso dos ideários de modernidade associados à urbanização. Em um diálogo crítico com essas questões, diferentes termos foram cunhados em tentativas de conceituar as particularidades de processos de urbanização na Amazônia, tal como “florestas urbanizadas” (BECKER, 1985), “cidades na floresta” (CASTRO, 2008), “cidades ribeirinhas” (TRINDADE JÚNIOR; TAVARES, 2008), dentre outros. Desde nosso ponto de vista, essas formulações possuem em comum o fato de oferecerem caminhos para que coloquemos à prova as ferramentas de base dual que estruturam historicamente as categorias do campo. Ao buscarmos refletir sobre outras camadas possíveis da relação cidade/natureza, para além da reiteração do binarismo urbano/rural, esses trabalhos nos permitem considerar a produtividade de explorar outros imbricamentos entre esses polos reiteradamente pensados pela oposição ou pelo continuum.

Edna Castro, professora do Núcleo de Altos Amazônicos, na coletânea Cidades na floresta,

¹⁰ Aqui nos referimos sobretudo a importância das contribuições apresentadas por pesquisadores ligados ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, onde desde a década de 70, têm sido produzidas diversas pesquisas sobre as cidades amazônicas na confluência de debates da sociologia, antropologia, geografia, história e economia.

que reúne contribuições de diversos pesquisadores ligados à instituição, sintetiza o argumento ao pontuar que o livro não tem interesse de promover uma discussão sobre a “floresta no sentido metafórico”, mas de posicioná-la “por trás da imagem de cidade como uma parte do ethos da vida urbana na Amazônia”, como uma “representação presente no cotidiano das pessoas, sentida e experimentada” (CASTRO, 2008, p.10).

E com esse destaque as potencialidades de se explorar cidades experimentadas e sentidas, voltamos então a pensar o lugar da antropologia e da etnografia no aprofundamento da compreensão da vida vivida nas cidades da região.

As cidades praticadas: etnografando (em) cidades amazônicas

Frente ao exposto até aqui, observa-se um corte no modo como os estudos sobre a cidade e o urbano na Amazônia produzidos pela antropologia se relacionam com outras disciplinas. Se desde a década 70 é possível vislumbrar um interesse crescente, por parte da geografia, pelos processos que levaram a consolidação de determinados territórios como cidades, ou mesmo a configuração de redes urbanas e escalas de cidade em torno de categorias como pequenas, médias, grandes cidades, capitais, núcleos regionais, etc, na Amazônia; no campo da antropologia (e em menor medida da sociologia), conforme adiantamos, há um processo distinto.¹¹ Esse corte está relacionado ao tratamento descritivo e analítico, bem como aos recortes temáticos construídos em torno da experiência cidadina. Os trabalhos socioantropológicos expressam um interesse marcante nas formas de fazer e viver a cidade e na configuração de diferentes experiências de urbano que poderíamos descrever em torno da ideia de uma cidade praticada.

Conforme apresenta Costa (2009a), na mesma década de 70, o quadro da produção antropológica conduzidas em contextos amazônicos experimenta profundas transformações, quando a UFPA e o Museu Goeldi passam a atuar na formação de novos antropólogos na região. Nesse contexto, criam-se possibilidades para pesquisas antropológicas sobre a vida nas cidades amazônicas. Nesse primeiro momento, ganham proeminência no campo as pesquisas de Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino sobre religiosidade, cultura popular e o universo afro-brasileiro na cidade de Belém (FIGUEIREDO; VERGOLINO, 1972, 1990; VERGOLINO, 1976; FIGUEIREDO, 1979). Fruto da importância assumida pelo trabalho desses dois antropólogos nesse quadro institucional nascente, pesquisas sobre a vivência do catolicismo popular, a prática da pajelança e das religiões afro-brasileiras em cidades amazônicas – conduzidas por eles e pelas gerações que ajudaram a formar - são consideradas um marco no processo de consolidação de um campo de pesquisas antropológicas urbanas na região (COSTA, 2009a).

Um pouco mais adiante, podemos destacar também o interesse expressivo dentre pesquisa-

¹¹ Pode-se especular que esse investimento nas condições de produção do urbano, em certo aspecto, é beneficiado pelo crescente interesse nos trabalhos de autores como Roberto Lobato Corrêa e sua tentativa de aplicação para outros cenários, conectando o que o autor chama de “agentes de produção do espaço” e “escalas”. Essa perspectiva floresceu com certo vigor em um grupo de geógrafos trabalhando com as cidades amazonenses, como José Aldemir de Oliveira, Ricardo José Batista Nogueira e Tatiana Schor e resultaram em análises qualificadas e sistêmicas sobre redes urbanas em diferentes segmentos e tomando como lócus descritivo diferentes cidades e contextos urbanos (cf. Schor; Oliveira, 2011; Oliveira, 2000). Em uma perspectiva histórica, é também interessante os estudos focados nos processos de reorganização territorial do espaço amazônico, como em Oliveira (2007), também tematizados pela produção antropológica (cf. Bemerguy, 2017). Ainda no que tange à influência dessa perspectiva mais material e histórica, é possível vislumbrar um conjunto de trabalhos destinados a pensar a influência de políticas sociais nas transformações e consolidação da paisagem urbana. Esse é o caso, por exemplo, do recente trabalho de Bianca Carvalho (2020) sobre as políticas de habitação popular em Macapá e de Crizan Souza (2018) sobre Parintins (AM).

doras dos programas de antropologia da UFPA em refletir sobre a experiência das mulheres e as práticas de trabalho vivenciadas por elas em diferentes localidades da região. Esse quadro, expressado por um conjunto de trabalhos antropológicos realizado entre as décadas de 1970 e 90, (BELTRÃO, 1979; MOTTA-MAUÉS, 1993 [1977]; AMARAL, 1999), hoje nos permite vislumbrar que também havia um debate nascente sobre questões de gênero no centro desse processo de alargamento das temáticas abordadas em cenários urbanos amazônicos.¹² Conforme menciona Costa (2009a) retomando formulações apresentadas por Jane Beltrão (2006), a partir daí, se ampliam os recortes temáticos das pesquisas antropológicas tecidas em cenários urbanos amazônicos, quando ao longo da década de 90, vemos surgir mais trabalhos sobre experiências de sociabilidade, lazer, religiosidade, dentre outras - sempre na esteira de um interesse mais amplo sobre a cidade praticada, sentida e experienciada.

Somente a partir dos anos 2000, contudo, veríamos o campo de pesquisas antropológicas em contextos urbanos na Amazônia alcançar sua maior e mais expressiva dilatação até aqui. O cenário atual da produção etnográfica sobre (e em) cidades amazônicas é marcada por uma diversidade temática ainda maior e também pela tentativa de construção de modelos teóricos e interpretativos através de uma avaliação crítica do instrumental elaborado a partir das experiências metropolitanas. Parte desse novo fôlego e da criatividade envolvida na constituição desse conjunto de trabalhos vem, por um lado, do projeto de dissolução daquilo que Márcio Goldman e Tânia Stolze Lima (1999) chamaram de "grandes divisores", ou seja, a formação de blocos temáticos que dividiram a disciplina em unidades temáticas razoavelmente estáveis. Em outro aspecto, esse processo é também resultado do investimento realizado nos últimos 20 anos no processo de descentralização do ensino superior no Brasil, e particularmente das políticas de interiorização do ensino e das ações afirmativas, como indicado por Oliveira, Ribeiro e Venâncio (2021) e por Bemerguy (2019a). No contexto amazônico, particularmente, várias foram as universidades construídas nesse processo, ou que tiveram sua estrutura ampliada para comportar cursos de graduação em Antropologia ou Ciências Sociais, tanto em nível de graduação quanto em pós-graduação.¹³ A partir desse investimento público, a intelectualidade local foi ampliada de maneira expressiva, com uma nova geração de pesquisadores provenientes dos novos programas de antropologia ganhando espaço para tematizar experiências diversas, inclusive aquelas relativas às histórias regionais e à forma como suas trajetórias e vivências como antropólogo/as amazônidas são atravessadas por elas.

No que tange à reflexão sobre esse quadro atual, uma incursão aos recortes temáticos abordados no espectro do campo da antropologia urbana nos últimos anos nos parece central, na medida em que acreditamos que esse levantamento poderá colocar em evidência a profusão de signos, referentes e atores particulares que vêm sendo interpelados em diferentes cidades amazônicas, no âmbito de etnografias recentes realizadas no rastro das transformações estruturais possibilitadas pelas políticas de interiorização do ensino na região. Não esperamos que essa incursão seja entendida como um balanço exaustivo da produção recente do campo. Apresentaremos aqui apenas um sobrevoo por trabalhos que, de alguma forma tem atravessado nossas trajetórias de pesquisa, em um exercício parcial, portanto, de síntese sobre as hoje incontáveis etnografias realizadas em

12 Para aqueles interessados em mais detalhes sobre esse ponto, sugerimos que escutem as entrevistas oferecidas pelas professoras Maria Angélica Motta-Maués e Telma Amaral ao Podcast Compósita em 2021. Acesso disponível em: <https://open.spotify.com/show/1yb0VaUyJpeOGqzIDnobv4>

13 Até 2020, no contexto dos estados que constituem a região norte do país, eram oferecidos cursos de graduação em Antropologia na Universidade Federal de Roraima (Boa Vista), na Universidade Federal do Oeste do Pará (Santarém) e na Universidade Federal do Amazonas (Benjamin Constant). Além disso, cursos de Ciências Sociais com formação em Antropologia também são ofertados nos demais estados da região. Já em nível de pós-graduação, segundo a CAPES, até 2020, a oferta cobria os estados de Roraima (apenas mestrado), Amazonas e Pará.

contextos urbanos amazônicos.

No escopo da ampla diversidade temática recente, seguem significativos os trabalhos acerca de experiências festivas e de sociabilidade, a exemplo de etnografias sobre o brega paraense (COSTA, 2009b), sobre sua expressão na capital amazonense (COSTA, 2005), ou sobre as festas juninas e o universo das quadrilhas em Belém (NOLETO, 2020). As relações entre cidade, gênero, sexualidade e raça, por sua vez, têm sido abordadas profusamente em abordagens muito diversas e com diferentes ênfases, como em Conrado, Campelo e Ribeiro (2015), Dacio e Ribeiro (2016), Gontijo e Erick (2017), Reis (2018), Noleto (2018) e Reis (2021). Ainda nesse espectro, temos os trabalhos de Oliveira e Nascimento (2017), Melo e Olivar (2019), Melo (2019) e Nascimento (2019), com análises sobre as interseções entre repertórios de gênero e sexualidade, regimes de governo e processos de Estado na região da tríplice fronteira.

Temas clássicos dos estudos urbanos na Amazônia, a exemplo das relações entre a religião e o espaço da cidade, também permanecem expressivos. Seguimos com um volume significativo de trabalhos sobre a prática de religiões de matriz africana e afroindígena nas cidades da região, tal como aqueles apresentados na coletânea organizada por Raymundo Maués e Gisela Villacorta (2008), e outros, tais como o trabalho de dimensão mais histórica de Figueiredo (2008) e as pesquisas mais recentes de Moura (2017) e Pereira (2017), em Santarém.

Destacamos também algumas abordagens etnográficas sobre a violência nas cidades, construídas em um estreito diálogo com a produção sociológica contemporânea, tais como os trabalhos de Marcos Oliveira (2017) junto às “galeras” acerca das dinâmicas da violência urbana em Manaus, e o trabalho de Jade Costa (2020) sobre midiaticização da morte e da violência no Amapá. Observamos ainda que as transformações da paisagem urbana seguem sendo um objeto de incursão de relevância e centralidade para a compreensão dos conflitos em torno do uso do espaço da cidade, como ilustram as reflexões de Cristiane Bade (2020) sobre políticas de governo, patrimônio e socialidade em Boa Vista, de Laís Cardia (2004) sobre a participação de colonos e seringueiros na produção da memória sobre Rio Branco e de Rhuan Carlos Lopes (2017), sobre a conformação da paisagem na Vila Santo Antônio do Prata, uma cidade erguida sobre o território dos Tembé/Tenetehara no Pará.

Também é digna de nota a produção expressiva acerca das formas como a cidade e a região são experienciadas desde experiências de ativismo e mobilização social, como nos trabalhos reunidos em coletânea organizada por Lacerda (2014) e nos trabalhos de Lacerda (2015) e Bemerguy (2019a; 2019b).

A produção recente tem se atentado também para a atualidade e complexidade de dinâmicas contemporâneas que constituem o ambiente político latinoamericano e caribenho das últimas décadas. Nesse sentido, é notória a produção sobre fluxos de imigrantes e refugiados e seus efeitos sobre a malha urbana e o sistema de proteção social, como é o caso do trabalho sobre imigrantes venezuelanos em Manaus apresentado por Vasconcelos e Santos (2020), e da análise das interseções desta questão com processos generificados e de racialização, tecida por Jordão (2017), a partir de pesquisa junto mulheres haitianas em Porto Velho e por Assis et al (2017), no mesmo contexto.

Ainda no plano das mobilidades, destaca-se o crescente interesse por zonas de confluência, trânsitos e movimentações entre diferentes paisagens, resultando em reflexões e etnografias sobre diferentes experiências relacionadas ao deslocamento e em diversas análises acerca da produção de infraestruturas que comportem as especificidades da vida amazônica e a presença dos rios no plano dos trânsitos cotidianos locais. Nesse escopo, vislumbra-se, por exemplo, os trabalhos de Fátima Ferreira (2015) sobre os trânsitos Jaminawá entre a aldeia e a cidade; de José Agnello de Andrade (2018), em sua descrição sobre os circuitos Sateré-Mawé em Manaus; de Diego Alano Pinheiro (2021), junto a mulheres ribeirinhas vítimas de acidentes nas embarcações da região; de Silva (2018) sobre a Amazônia urbana vista desde os trânsitos de malabaristas de rua pelas cidades da região; de Vidal e Marques (2019), sobre o lugar das mobilidades na constituição do urbano na cidade de Xinguara no Pará; e o trabalho de Luna e Paulino (2018) sobre as relações entre migra-

ção, cidade e transformação social em Macapá.

Por fim, diante desse quadro profuso e criativo de pesquisas e da retomada proposta acerca das muitas contribuições oferecidas ao longo do tempo pelos enquadramentos do urbano na Amazônia, encerramos nossas considerações nos indagando se seria então produtivo falar em favor de uma antropologia das cidades amazônicas ou de uma genealogia amazônica de estudos urbanos no Brasil. Há algo de particular nos processos que resultaram na conformação da malha urbana da região que, conforme buscamos demonstrar, influenciou nas ênfases privilegiadas em estudos seminais sobre a questão urbana nesse contexto. Em termos históricos, fica explícito que a formação de núcleos e complexos urbanos na região apresenta algumas especificidades que merecem um maior aprofundamento descritivo e um tratamento teórico adequado.

Nessa direção, consideramos que, metodologicamente, há que se reconhecer que o instrumental oferecido pelos estudos das cidades metropolitanas apresenta limites quando consideradas as dimensões, jogos de escala e sistemas de comunicação produzidos em cidades amazônicas, especialmente as de porte menor. Em termos sociopolíticos, também há que se vislumbrar os mecanismos de governo e os processos estatais que incidem na gestão dos marcadores sociais da diferença na região, resultando em intervenções no espaço, projetos de infraestrutura e de incentivo à exploração predatória da região, que afetam profundamente as relações cotidianas de convivência nas cidades. As especificidades enfatizadas, no entanto, não implicam em dizer que a Amazônia, suas cidades e as reflexões construídas desde ali sejam uma exceção dentro de tudo que já foi produzido no escopo da antropologia urbana no Brasil. Como mostramos ao longo dessa apresentação, há pronunciadas dinâmicas de continuidade entre eventos (sociais e disciplinares) que conectam a produção nacional e latino-americana de forma mais ampla àquela localizada e incidente na região. Nosso desejo, assim, é que esse exercício de des-centramento genealógico do campo possa incidir sobre o reconhecimento de camadas outras da história da antropologia urbana praticada no Brasil e das contribuições que etnografias sobre/em contextos amazônicos há muito vem oferecendo para o adensamento de análises sobre a sociodiversidade da região.

Sobre os artigos do dossiê

O dossiê é composto por quatro artigos, os quais representam apenas algumas das muitas abordagens possíveis sobre o urbano e as vivências em pequenas e médias cidades amazônicas. Todos os textos apresentados possuem um fundo histórico, (re)montado pelos autores através da menção a processos coloniais de diversas ordens, intervenções estatais e projetos desenvolvimentistas. Seja por um trabalho de análise de um passado que se faz presente pela construção ativa da memória ou por descrições sensíveis aos rastros estruturais deixados pelas intervenções estatais/coloniais para a ocupação do espaço amazônico, os textos aqui reunidos nos permitem pensar na profunda temporalidade das relações e vivências narradas, reverberando diversas questões caras aos debates marcantes sobre o urbano na Amazônia, as quais buscamos recuperar brevemente ao longo desta apresentação.

Primeiramente, temos o texto de Francio Costa Simão, onde o autor apresenta uma análise instigante sobre experiências de ativismo e mobilização política de sujeitos LGBTI+ em Benjamin Constant, na região da Tríplice Fronteira, no Alto Solimões. Simão constrói uma narrativa que nos permite visualizar as particularidades históricas da cidade como parte de uma área de fronteira, buscando contextualizar as transformações proporcionadas pelas políticas de democratização de acesso ao ensino superior na região. O autor aborda como a chegada da Universidade Federal do Amazonas em Benjamin Constant atravessou tanto o processo de construção de sua pesquisa, como a vivência das sexualidades nessa área fronteira, ao abrir novas possibilidades de organização política ao movimento LGBTI+ na região. A contribuição de Francio Simões vai de encontro a algumas das questões trabalhadas nesta apresentação, na medida em que o autor pondera sobre a importância de considerarmos outras genealogias na história dos movimentos LGTBI+ no Brasil,

para além do marco delimitado por narrativas do centro-sul.

Em seguida, Renata Barbosa Lacerda nos apresenta uma reflexão poderosa ao posicionar as cidades e o espaço urbano no centro de sua análise sobre processos de diferenciação em localidades marcadas por enredos de pioneirismo na Amazônia. A partir dos achados de sua pesquisa na cidade de Novo Progresso no Pará e da análise de etnografias realizadas em contextos similares, a autora demonstra como o feito de fundar cidades é mobilizado em processos de diferenciação cotidianamente trabalhados por sujeitos que se entendem e que se apresentam como pioneiros. Em uma análise atenciosa sobre essas narrativas de pioneirismo, Lacerda nos mostra como cidades fundadas no rastro das políticas de colonização conduzidas pelos governos militares na região formam parte de um processo contínuo de movimentação e definição de fronteiras simbólicas entre pioneiros e não pioneiros, sulistas e nortistas, brancos e não-brancos, onde as histórias e as memórias sobre o espaço urbano se mostram centrais na delimitação de um repertório de relações sociais, denominado por ela de forma-cidade-pioneira.

No texto seguinte, Círia Rosa nos oferece uma importante contribuição analítica sobre uma dimensão menos apreciada nos debates sobre políticas de ocupação da terra na região, ao apresentar uma análise sobre a questão da regularização fundiária urbana na cidade de Marituba, no Pará. Em artigo construído a partir de análise bibliográfica e documental sobre os problemas fundiários e prática da agricultura urbana na cidade, Rosa nos convida a refletir sobre as dificuldades de implementação dos instrumentos de regularização estatais da ocupação da terra em contextos urbanos amazônicos, buscando apontar como uma política fundiária adequada às particularidades locais poderia beneficiar as famílias de agricultores urbanos de Marituba.

Para fechar o dossiê, temos o artigo de Paula Mendes Lacerda, onde somos conduzidos a uma imersão necessária em um quadro de adversidades que seguimos buscando superar: a pandemia de covid-19. Lembrando que ainda são poucos os estudos sobre a pandemia a partir de contextos amazônicos, a autora nos apresenta os resultados de sua pesquisa recente junto a mulheres pobres da cidade de Altamira no Pará, buscando oferecer uma análise sobre as respostas sociais à crise sanitária na região e sobre as particularidades da experiência da pandemia em cidades de médio porte. No texto, Lacerda apresenta uma narrativa sobre as dificuldades experienciadas por suas interlocutoras em meio à crise, nos convidando a refletir sobre desigualdades que possuem profundidade histórica e sobre vivências atravessadas pelas particularidades de se viver em uma cidade e em uma região marcada por diferentes processos coloniais e ciclos de desenvolvimento.

Para concluir, na pessoa de Eriki Aleixo, que ao longo dos últimos meses acompanhou mais diretamente o processo editorial do dossiê, gostaríamos de agradecer a todos os integrantes da comissão da Revista Wamon pelo trabalho cuidadoso de editoria em um contexto de tantas adversidades.

Esperamos que apreciem a leitura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ALEXIADES, Miguel; PELUSO, Daniela. "Introduction: Indigenous Urbanization in Lowland South America". In: *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v.20, pp.1-12, 2015. DOI: 10.1111/jlca.12133
- ALMEIDA, Anna Luiza Osório de. *The colonization of the Amazon*. Austin: Texas University Press, 1992.
- AMARAL, Telma. *E o casamento como vai? Um estudo sobre o casamento em camadas médias urbanas*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Pará: Belém, 1999.
- ANDRADE, José Agnello Alves de. 'Tudo pra onde eu chego tenho minha casa': mobilidade, parentesco e territorialidade Sateré-Mawé entre cidades amazônicas. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018.
- APONTE, Jorge. "Comercio y ocio en la transformación del espacio urbano fronterizo de Leticia y Tabatinga". In: ZÁRATE, Carlos. (Ed). *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia*. Leticia: UNAL, 2012, pp.205-235.
- ASSIS, Washington Luiz dos Santos; RIBEIRO, Adelia Maria; FERNANDES, Estevão Rafael. "Migração, 'raça', gênero e a produção de desigualdades na Amazônia brasileira: reflexões a partir da presença de haitianos em Porto Velho, Rondônia". In: *Amazônica - Revista de Antropologia*, v. 8, n. 2, pp. 434-454, 2017. DOI 10.18542/amazonica.v8i2.5051
- BADE, Cristiane. *Rituais, lazer e trabalho: ações governamentais e mudanças na paisagem do Centro Histórico de Boa Vista, RR*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2020.
- BECKER, Bertha. "Fronteira e urbanização repensadas". In: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 47, pp.357-371, 1985.
- BECKER, Bertha. "Geopolítica da Amazônia". In: *Estudos avançados*, v. 19, pp.71-86, 2005.
- BECKER, Bertha. "Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?". In: *Parcerias estratégicas*, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010
- BEMERGUY, Telma de Sousa. *Criando Estado, fazendo região: gramáticas em disputa na invenção do Estado do Tapajós*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.
- BEMERGUY, Telma de Sousa. "Escalas do urbano e o alcance de "pequenas" mobilizações sociais: O Março das Mulheres em Santarém (PA)". In: *Anuário Antropológico*, v. 43, n. 2, 2018, pp.361-368. DOI 10.4000/aa.3342
- BEMERGUY, Telma de Sousa. "Antropologia em qual cidade? Ou por que a 'Amazônia' não é lugar de 'antropologia urbana'". In: *Porto Urbe*, vol.24, pp.1-19, 2019. DOI 10.4000/pontour-

be.6464

BEMERGUY, Telma de Sousa. “Notas sobre a feitura de um novo estado na Amazônia paraense: afetos e afetações em mobilizações sociais pelo Tapajós”. In: *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 11, n. 2, 2019. DOI 10.18542/amazonica.v11i2.6153

BELTRÃO, Jane Felipe. *Mulheres da Castanha: um estudo sobre trabalho e corpo*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Universidade de Brasília: Brasília, 1979.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Antropologia na Amazônia (1994-2004): balanço e resumos de dissertações*. Belém: Editora da UFPA/MPEG, 2006.

BICUDO, Virgínia. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989, pp.107-132.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e as transformações dos meios de vida*. São Paulo: Edusp, 2013.

CANDOTTI, Fábio; MELO, Flávia. “Comentario - La imaginación geopolítica (amazónica) de Bertha Becker”. In: *Geopolíticas*, vol. 10, n.1, pp.153-159, 2019. DOI 10.5209/GEOP.63837

CARDIA, Laís. *Meu lugar agora é aqui: trajetórias e memórias de colonos e seringueiros para Rio Branco, Acre - uma abordagem antropológica*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CARDOSO, Ruth. “Sociedade e poder: as representações dos favelados em São Paulo”. In: *In: Ensaios de Opinião*, vol.2. São Paulo, 1978.

CARVALHO, Bianca Moro de. *Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas de Macapá*. Curitiba: Appris, 2020.

CASTRO, Edna (org). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

CHAVES, Margarita; NOVA, Giselle. “Urbanización indígena en la Amazonia colombiana. Apuntes críticos para la definición de políticas territoriales incluyentes”. In: HORBATH, Jorge Enrique; GARCÍA, Amalia. (Eds). *La cuestión indígena en las ciudades de las Américas: procesos, políticas e identidades*. México: CLACSO / ECOSUR, 2018, pp. 63-82.

COLLOMB, Gérard. “Entre ethnicité et national: A propos de la Guyane”. In: *Socio-anthropologie*, vol. 6, 1999. DOI: 10.4000/socio-anthropologie.113

CONRADO, Mônica; CAMPELO, Marilu; RIBEIRO, Alan. “Metáforas da cor: morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense”. In: *Afro-Ásia*, n. 52, pp.213-246. 2015. DOI 10.9771/aa.v0i52.21886

CORDEIRO, Manuela. A casa a rodar: projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015.

CORDEIRO, Manuela. “Pioneiros, fundadores e aventureiros: a ocupação de terras em Rondônia”. In: Revista de Antropologia, vol. 61, n.1, pp.125-146, 2018. DOI 10.11606/2179-0892.ra.2018.145519

COSTA, Antonio Maurício. “Pesquisas antropológicas urbanas no ‘paraíso dos naturalistas’”. In: Revista de Antropologia, vol. 52, n.2, pp.735-761, 2009a. DOI 10.1590/S0034-77012009000200009

COSTA, Antonio Maurício. Festa na cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará. 2. ed. Belém, EDUEPA, 2009b.

COSTA, Noélio M. Essa música foi feita para mim! Relações amorosas, paixões e cotidiano presentes na música brega em Manaus. Dissertação de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2005.

COSTA, Jade Figueiredo. “Dança da cova: a comemoração da morte nas mídias do Amapá. Apresentação de trabalho. 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, Prêmio Lévi-Strauss, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/hmFU2. Acesso em 02 de setembro de 2021.

DEGREGORI, Carlos Iván; ÁVILA, Javier; SANDOVAL, Pablo. La enseñanza de antropología en el Perú. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2001.

DÁCIO, Ígora Irma; RIBEIRO, Milton. “Mulheres de Abaetetuba: trajetórias femininas na cena política de uma cidade no interior paraense”. In: Amazonica - revista de Antropologia, vol. 8, pp. 284-308, 2016. DOI 10.18542/amazonica.v8i2.5045

DURHAM, Eunice; CARDOSO, Ruth. “A investigação antropológica em áreas urbanas”. In: Revista de Cultura Vozes, vol.67, n.2, pp.49-54, 1973

DURHAM, Eunice. “A pesquisa antropológica em populações urbanas: problemas e perspectivas”. In: CARDOSO, Ruth. (Org). A Aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ESPINOSA, Oscar. “Ciudad e identidad cultural. ¿Cómo se relacionan con lo urbano los indígenas amazónicos peruanos en el siglo XXI?”. In: Bulletin de l’Institut français d’études andines, v. 38, n.1. pp.47-59, 2009. DOI: 10.4000/bifea.2799.

FERREIRA, Fátima. “Eles têm um quintal grande demais para o estado do Acre”: Uma etnografia acerca das estratégias dos índios Jaminawá para sua permanência e trânsito entre suas aldeias e a cidade de Rio Branco – Acre. Trabalho de conclusão de curso em Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2015.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A Cidade dos Encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia (1870-1950). Belém: EDUFPA, 2008.

FIGUEIREDO, Napoleão. “Pajelança e Catimbó na Região Bragantina”. In: Revista de Cultura

do Pará, ano 6, v. 22/23, 1976.

FIGUEIREDO, Napoleão. Rezadores, Pajés & Puçangas. São Paulo/Belém: Boitempo/ Editora da UFPA, 1979.

_____. VERGOLINO, Anaíza. Festas de Santo e encantados. Belém: Academia Paraense de Letras, 1972.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia”. In: Revista de Antropologia, v. 48, n. 1, pp.134-165, 2005. DOI 10.1590/S0034-77012005000100004

GALUCH, Mariana. Do assentamento ao agronegócio: uma etnografia das migrações, políticas e dinâmicas territoriais em Apuí (Amazonas). Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2019.

GOLDMAN, Marcio; LIMA, Tânia Stolze. “Como se faz um grande divisor?”. In: GOLDMAN, Marcio. Alguma Antropologia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, pp.79-88.

GONTIJO, Fabiano; ERIK, Igor. “Experiências da Diversidade Sexual e de Gênero e Sociabilidades na Amazônia: convite para se pensar as relações sociais como atos históricos singulares”. In: Aceno, vol .4, n.7, pp.249-272, 2017.

HANNERZ, Ulf. Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana. Petrópolis: Vozes, 2015.

HIDAIR, Isabelle. “L’espace urbain cayennais : un champ de construction identitaire”. In: L’Espace Politique, vol. 6, n.3, 2008. DOI: 10.4000/espacepolitique.1039

IANNI, Octavio. Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

JORDÃO, Roziane da Silva. A Mulher Haitiana em Porto Velho, Rondônia: Imigração e gênero. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade Federal de Rondônia: Porto Velho, 2017.

LACERDA, Paula (org). Mobilização social na Amazônia: a ‘luta’ por justiça e por educação. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

LACERDA, Renata Barbosa. Fazer movimentos: mobilidade, família e Estado no Sudoeste Paraense. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015.

LANDES, Ruth. A Cidade das Mulheres. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002.

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará-arqueologia em uma instituição total amazônica. Tese de doutorado em Antropologia. Universidade Federal do Pará: Belém, 2017.

LUNA, Verônica; PAULINO, Antonio Lopes. “Das Ribeiras ao Cais de Macapá: a cidade vista sob a trajetória de um migrante”. In: Revista de Ciências Sociais, vol. 49, n. 1, pp.461-497, 2018.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero, sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: HUCITEC/Editora Unesp, 1984.

_____. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole". In: ____; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 1996, p.15-53.

MELO, Flávia. "Mover-se nas fronteiras: percursos, políticas e saberes transfronteiriços". In: *R@U – Revista de Antropologia da UFSCar*, vol.11, n.1, p.599-622, 2019.

MELO, Flávia; OLIVAR, José Miguel Nieto. "O Ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.34, n.101, 2019. DOI 10.1590/3410116/2019

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. "‘Trabalhadeiras’ e ‘camaradas’: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica". Belém: Editora Universitária UFPA, 1993.

MOURA, Beatriz Martins. "Aqui a gente tem folha": terreiros de religião de matriz africana como espaços de articulação de saberes. *Dissertação de Mestrado em Antropologia Social*.: Universidade de Brasília: Brasília, 2017.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. "Fugas e contrapontos na fronteira: reflexões etnográficas sobre transitividades corporais e de gênero no Alto Solimões/AM". In: *R@U - revista de antropologia da UFSCAR*, vol.11, n.1, p.524-551, 2019.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazonas: a divisão da monstruosidade geográfica*. Manaus: EDUA, 2007.

NOLETO, Rafael. "Cor de jambo e outros matizes amazônicos: sobre a abolição da mulata e o advento da morena cheirosa nas festas juninas de Belém". In: *Mana*, vol. 24, n.2. Rio de Janeiro, p. 132-173, 2018.

_____. *Estrelas Juninas. Gênero, raça e sexualidade no São João de Belém*. Rio de Janeiro: Pa-péis Selvagens, 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. "Narrativas e histórias sobre povos indígenas na Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira". In: *Indiana*, vol.27, p.19-46, 2010.

OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva*. Manaus: Editora Valer, 2000.

OLIVEIRA, Thiago; RIBEIRO, Milton; VENANCIO, Vinicius. "Localizando a antropologia brasileira: contribuições para pensar corpo, lugar e a geopolítica da produção de conhecimento". In: *Novos Debates*, vol.7, n.1, 2021. DOI 10.48006/2358-0097-7108

OLIVEIRA, Thiago; NASCIMENTO, Silvana de Souza. "O (outro) lugar do desejo: notas iniciais sobre sexualidades, cidade e diferença na tríplice fronteira amazônica". In: *Amazônica-revista de antropologia*, v. 8, n. 1, p. 118-141, 2017. DOI 10.18542/amazonica.v8i1.4727

OLIVEIRA, Marcos Roberto Russo de. Amizades, porradas, facadas e caseiras fumegantes: uma história das galeras de Manaus (1985-2000). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2017.

OLIVEIRA, Nemuel da Silva; MAIO, Marcos Chor. “Estudos de comunidade e ciências sociais no Brasil”. In: Sociedade e Estado, v. 26, p. 521-550, 2011.

OLIVEN, Ruben George. “Por uma antropologia em cidades brasileiras”. In: VELHO, Gilberto. (org). O Desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980, pp.26-36.

PAIVA, Luiz Fábio. “As dinâmicas do mercado ilegal da cocaína na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.34, n.99, 2018. DOI 10.1590/349902/2019

PEREIRA, Anderson Lucas da Costa. A Cabocla Mariana e a sua Corte Ajuremada: modos de pensar e fazer festa em um Terreiro de Umbanda em Santarém, Pará. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017.

PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PINHEIRO, Diego Alano. A vida por um fio: trajetória de mulheres ribeirinhas vítimas de escalpelamento na Amazônia. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2021.

REDFIELD, Robert. “The folk society”. In: American Journal of Sociology, vol. 52, n. 4: 293-308, 1947.

REIS, Marla Elizabeth Almeida. “Mulheres que botam banca”: gênero e venda de comida em bairros populares de Santarém/PA. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2018.

REIS, Ramon. “Afetividades (co)extensíveis em ‘periferias’ urbanas: (homo)sexualidades, amizades e pertencimentos”. Cadernos Pagu, vol. 61, pp.1-21, 2021. DOI 10.1590/18094449202100610003

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir. “Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira”. In: Acta Geográfica, vol. 11, n.1. pp.15-30, 2011. DOI 10.5654/actageo2011.0001.0001

SERJE, Margarita. El revés de la nación: territorios salvajes, fronteras y tierras de nadie. Bogotá, Ediciones Universidad de los Andes, 2005.

_____. “El mito de la ausencia del Estado: la incorporación económica de las “zonas de frontera” en Colombia”. In: Cahiers des Amériques latines, vol. 71, p.95-117, 2012. DOI 10.4000/cal.2679

SILVA, Juliana Oliveira. “Entre casas e estradas: ecos de uma Amazônia urbana no circo de rua”. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 23, 2018. DOI 10.4000/pontourbe.4581

SIMMEL, George. "A metrópole e a vida mental". In: VELHO, Otávio. (org). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMÕES, Júlio Assis. "A Dinâmica do campo: temas, tendências e desafios". In: SIMIÃO, Daniel; FELDMAN-BIANCO, Bela. (Orgs). O Campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcance e desafios. Brasília: ABA Livros, pp.57-82, 2018.

SOUZA, Crizan Graça de. Produção da moradia social na cidade de Parintins-Am: da COHAB-AM ao Minha Casa Minha Vida – 1969 a 2017. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Amazonas: Manaus, 2018.

TAVARES, Vania Porto; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; CASTRO, Maria Thereza. Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica. IPEA/INPES, 1979.

TRAJANO FILHO, Wilson. "Formação, ensino e reprodução nos programas de Antropologia". In: SIMIÃO, Daniel; FELDMAN-BIANCO, Bela. (Orgs). O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcance e desafios. Brasília: ABA Livros, pp.169-204, 2018.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

UNIGARRO CAGUASANGO, Daniel Esteban. Los límites de la triple frontera amazónica: encuentros y desencuentros entre Brasil, Colombia y Perú. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2017.

VASCONCELOS, Iana; SANTOS, Sandro Martins. "A oleada venezuelana: acolhimento de migrantes e pandemia em Manaus". In: Cadernos de Campo, vol. 29, suplemento, 94-104, 2020. DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp94-104

VERGOLINO, Anaíza. O Tambor das Flores. Uma análise da Federação Espírita e Umbandista do Estado do Pará (FEUCABEP). Dissertação de mestrado em Antropologia. Universidade de Campinas: Campinas, 1976.

_____. FIGUEIREDO, Napoleão. A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica. Belém: Arquivo público do Pará, 1990.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. "O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social". In: _____. (Org) Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia das sociedades contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VICENTINI, Yara. Cidade e história na Amazônia. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

VIDAL, Candice; MARQUES, Arlete Francisca. "Migração, mobilidades e as cidades da Amazônia: histórias de Xinguara (PA)". In: Sociedade e Cultura, v. 22, n. 2, p. 124-144, 2019.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos, São Paulo, Editora Nacional, 1957.

WEBER, Max. “Conceito e categorias da cidade”. In: VELHO, Otávio. (org). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar. 1967 [1921].

WIRTH, Louis. “O urbanismo como modo de vida”. In: VELHO, Otávio (org). O Fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1987 [1938]. pp 90-113.

ZÁRATE, Carlos. Silvícolas, siringueros y agentes estatales. El surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia. Bogotá: Unibiblos, 2008.